

2ª versão
cf orig/0
(original)

CARAJÁS: A SAÍDA OU O FUNDO DO POÇO ?

(Projeto em vídeo)

Centro de Trabalho Indigenista
São Paulo - junho 89

Apresentação

Concebidos em escala internacional, os chamados "grandes projetos" de desenvolvimento para a Amazônia - como o Programa Grande Carajás - são financiados através de empréstimos tomados aos bancos multilaterais de desenvolvimento. De acordo com recomendações que buscam orientar a política de aplicação desses empréstimos, exigências voltadas para a "devida atenção" ao meio ambiente e às populações indígenas afetadas passaram a figurar como cláusulas nos contratos de financiamento firmados pelo governo brasileiro.

Entretanto, são pouco discutidos e divulgados os "impactos" desses projetos sobre as comunidades afetadas - indígenas ou não - e permanece precária a eficácia das medidas exigidas pelos bancos. A falta de conhecimento público e discussão ampla das políticas governamentais para a Amazônia vêm caracterizando a atuação dos dirigentes brasileiros nas últimas décadas. Isto sem considerar a falta de coordenação entre as políticas públicas e a ausência total de participação, nos processos decisórios, das populações afetadas diretamente pelos chamados "grandes projetos".

"Fábricas de poluição" e os conflitos fundiários

É ainda pouco divulgado, particularmente entre as populações locais, o impacto da instalação das usinas siderúrgicas movidas a carvão vegetal nativo, ao longo da Estrada de Ferro Ca-

rajás, eixo de um corredor de exportação na Amazônia Oriental, o Programa Grande Carajás (instituído pelo decreto-lei 1813, de 24.11.80).

A preocupação com a questão ambiental - que aponta para danos irreparáveis que ocorrerão na extensa área compreendida pelo PGC (10% do território brasileiro) - deve enfatizar igualmente os efeitos nefastos que esse processo de industrialização acelerado vem acarretando sobre as populações indígenas e camponesas da região (estado do Maranhão, sul e sudeste do Pará e norte de Tocantins). É fato muito conhecido, por sua vez, que as áreas onde estão sendo implantadas essas usinas apresentam graves problemas fundiários, onde a violência que caracteriza a disputa pela posse da terra já ocasionou centenas de mortes (cf. Anistia Internacional, setembro 1988).



Beneficiados pela política de incentivos fiscais, os projetos aprovados no âmbito do PGC incluem a implantação de usinas de ferro-gusa e ferro-ligas, silício metálico e fábricas de cimento, que irão se utilizar de carvão vegetal como insumo básico. Cinco projetos serão implantados no Estado do Pará (municípios de Marabá e Tucuruí), sendo dois de ferro-gusa (em operação), dois de ferro-ligas (em instalação) e um de silício metálico (em operação). Os polos siderúrgicos previstos compreendem também os municípios de Açailândia e Rosário (MA), com treze projetos já aprovados e mais oito em fase de tramitação (cf. Secret. Executiva do CI PGC, nov. 88).

O complexo destas atividades industriais relega a um plano inferior a pequena produção agrícola, que até então tem trazido as maiores divisas para a região. Os municípios e centenas de povoados vizinhos serão gravemente atingidos, uma vez que seus moradores, pequenos produtores de alimentos (sem condições de escoar sua produção e submetidos a intermediários) serão transformados em um exército miserável de fornecedores de carvão para as "fábricas de poluição" (no dizer dos moradores de Pequiá e Açailândia - cf. Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, 1983).

Ao final de 1988, a um raio de 100 km ao redor do Distrito Industrial de Marabá, por exemplo, já existiam centenas de fornos (caieiras, tipo "rabo quente") produzindo carvão vegetal para o abastecimento das duas usinas que se encontram em operação (um alto forno cada uma, produzindo 60 toneladas de gusa/mês). O elenco de projetos previstos pelo PGC deverá provocar um desmatamento regular em toda a região em proporções muito

mais elevadas do que as atualmente atribuídas aos projetos agro-pecuários e madeireiros que assolam o sul e o sudeste do Pará. Com base numa estimativa de um hectare de floresta desmatada para cada 36 toneladas de ferro-gusa, estima-se a 800.000 ha/ano o desmatamento necessário para atender a meta de 286 mil ton/ano no Distrito Industrial de Marabá.

Fala-se em reflorestamento por espécies homogêneas sem, no entanto levar em consideração que o preço do carvão obtido a partir de reflorestamento virá a inviabilizar a produção de gusa para exportação a baixo custo, tal como prevista pelo PGC. Até mesmo empresários com interesses no Programa e setores do próprio governo vêm colocando em dúvida a viabilidade econômica, a longo prazo, destes parques siderúrgicos. O desconhecimento sobre o manejo de florestas tropicais heterogêneas pode levar a um desastre ecológico sem precedentes na Amazônia Oriental.

A amplitude das transformações anunciadas no PGC compreende o deslocamento do centro das atividades econômicas regionais - baseado na coleta, na agricultura e no garimpo de ouro - para a indústria. O principal fator gerador de divisas para a região, tradicionalmente apoiado numa articulação entre agricultura e extrativismo, passaria ao complexo industrial por uma célere intervenção governamental.

Do ponto de vista dos planejadores oficiais, a racionalidade econômica predominante omitiu a importância e o significado da presença, nessa área, de um número superior a 500 mil trabalhadores rurais sem-terra (cf. Conflitos de Terra, vol I, CCA, MIRAD, Brasília, fevereiro 1986), que se dedicam fundamentalmen

te às atividades de cultivo de arroz, milho e mandioca, com apoio exclusivo no trabalho familiar. Essa camada camponesa, que foi se consolidando nos próprios meandros das frentes de expansão, a despeito da proeminência na vida regional, é completamente desconsiderada nos planos oficiais; quando muito, os trabalhadores rurais são vistos como "possíveis interessados" na produção de carvão vegetal necessário às usinas siderúrgicas, ou seja, como mão-de-obra disponível e barata para os projetos industriais (cf. "Assessoria aos movimentos sociais na área do Programa Grande Carajás", CEPASP, Marabá, 1987).

Os índios pagam primeiro e mais caro

É notório o fato de que os "impactos" causados pelo ritmo acelerado da industrialização na área do PGC atingem de imediato e de modo mais acentuado seus habitantes tradicionais, as populações indígenas. A "necessidade" de obtenção de carvão vegetal para as usinas e a proximidade dos distritos industriais em relação aos territórios indígenas são agora uma ameaça crescente e real. Isto sem considerar que é da integridade de seus territórios - as últimas reservas de matas tropicais em toda a região - que os povos indígenas dependem para seu sustento (caça, pesca, coleta) e reprodução social enquanto sociedades diferenciadas.

Com a construção da Estrada de Ferro Carajás, iniciada em 1980, o governo brasileiro deu início à implantação do Projeto Ferro-Carajás (instalações na mina, no porto e ferrovia, espinha dorsal do PGC). A "área de influência" considerada no Projeto Ferro estendia-se a 21 territórios indígenas e duas "frentes de atração" de grupos ainda isolados (Guajá e Parakanã).

Uma população de cerca de 13.000 índios, distribuída em 16 grupos distintos está compreendida nessa área: Parakanã, Arara, Xikrĩn (Cateté e Bacajã), Gavião-Parkatejê, Aikewar, Asurini (PA), Apinaje (TO), Gavião-Pukobjê, Krĩkati, Canela, Guajã, Guajajara, Timbira, Urubu-Kaapor e Tembê (MA). Com graus diferenciados de contato e relações com a sociedade nacional, todos esses grupos vêm sendo afetados de modo drástico com o ritmo acelerado de implantação do PGC. A vulnerabilidade de invasão e desmatamento indiscriminados desses territórios indígenas aumentará com a "necessidade" de obtenção crescente de carvão vegetal nativo para as usinas siderúrgicas, cuja produção terá um destino certo: o mercado exterior.

A crítica necessária

É assim que, na ótica governamental, as regiões periféricas do Brasil têm seu crescimento econômico dado a partir da formação de uma base de exportação voltada para a exploração de recursos naturais. Essa proposta, formulada no decorrer dos governos militares, tem se mostrado incapaz de favorecer soluções para os problemas econômicos e sociais dos segmentos mais pobres da população. As próprias políticas públicas adotadas nos últimos ciclos de expansão têm contribuído para o incremento das desigualdades sociais e para o aumento das diferenças de renda entre as áreas urbanas e rurais.

As políticas macro-econômicas de estabilização e crescimento são esboçadas fundamentalmente para atender uma solução dos chamados "problemas de interesse nacional". Assim, com as dificuldades surgidas no balanço de pagamentos, o país tem explora

do, numa taxa indesejável, o seu potencial de recursos naturais renováveis e não-renováveis, como forma de contribuir para o crescimento acelerado de suas exportações.

No entanto, é necessário que, no processo de desenvolvimento democrático, o governo brasileiro defina com clareza uma política de recursos naturais com objetivos específicos que não sejam somente reflexos de interesses ligados às metas de crescimento global e setorial da economia. É necessário também que haja transparência nas decisões do governo em relação à política de incentivos fiscais até aqui fartamente distribuídos para a instalação dos projetos na área do PGC. Na verdade, os programas de desenvolvimento precisam ser redimensionados a partir da perspectiva do planejamento regional, enfatizando o caráter social, até aqui omitido.

A região amazônica não está "vazia" como querem as justificativas desses "grandes projetos", o que leva à consideração de que a defesa do meio ambiente não pode se restringir apenas à ótica preservacionista. Não se trata de preservar a floresta tropical, mananciais e demais áreas ecologicamente frágeis, mas sobretudo, de garantir a interação das diversas populações humanas da Amazônia com o ambiente que habitam. Torna-se assim indispensável a participação das populações regionais - indígenas, camponesas e ribeirinhas - na redefinição mesma desses programas, tanto na sua formulação quanto na sua execução.

Assim, setores da sociedade civil brasileira, mobilizados em torno desta questão, apontam equívocos e procuram exigir a desaceleração dos investimentos feitos nesses "grandes projetos",

bem como a identificação de outras alternativas para o desenvolvimento econômico do país, que resguardem os modos de vida das populações que habitam efetivamente estes espaços.

Objetivos do projeto em vídeo

A implantação e o funcionamento das usinas siderúrgicas movidas a carvão vegetal nativo vêm ocasionando um impacto desarticulador sobre as relações sociais vigentes e o modo de vida dos povos indígenas e dos trabalhadores rurais, habitantes da região. O objetivo desta proposta de trabalho em vídeo consiste em acompanhar, por um período de um ano (1989-1990) a instalação dessas usinas ao longo da Estrada de Ferro Carajás (fases de carvoejamento, construção civil e operação propriamente dita).

O registro desse processo permitirá veicular informações e subsidiar debates a nível local, sobretudo junto às próprias comunidades afetadas, através de seus movimentos organizados (sindicatos de trabalhadores rurais, associações de moradores urbanos, etc.) e entidades de assessoria (Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular, Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos, Comissão Pastoral da Terra, Centro Agrário do Tocantins, Centro dos Trabalhadores Rurais, etc.). A perspectiva crítica vai permitir redimensionar, no decorrer do processo, o modelo de desenvolvimento desejado para a região.

Metodologia

Os registros serão feitos em Super VHS, que proporciona qualidade suficiente para divulgação ampla (circuitos de TV), abrangendo temas específicos, de modo interligado, a saber, a questão indígena, a situação fundiária e dos pequenos produtores

agrícolas e a questão ambiental. A partir desse material serão editados dois programas, ou melhor, dois segmentos de 25 minutos cada um, que serão copiados também em VHS, sistema que permite recolocar as informações a serviço dos movimentos sociais locais, a fim de subsidiar debates.

A realização dos registros será precedida de pesquisa de caráter antropológico junto às comunidades afetadas, entidades de assessoria e organizações governamentais, a fim de complementar informações disponíveis. Os registros serão feitos em épocas distintas, durante duas viagens a campo (Maranhão, Tocantins e Pará), com duração de duas a três semanas cada uma, além de uma viagem (uma semana) à Itabira e vale do Rio Doce (MG), onde a operação das guserias por duas décadas levou à completa degradação ambiental. O que agora começa a ocorrer na porção oriental da Amazônia resulta da transferência desse parque industrial guseiro, dado o esgotamento dos solos nas redondezas (com os reflorestamentos), o custo da longa distância para obtenção de carvão e os conflitos de terra existentes naquela região em Minas Gerais.

Ao abordar o tema relativo à questão indígena, utilizaremos nossa experiência acumulada ao longo de dez anos de assessoria aos grupos indígenas na região de Marabá, principalmente, estendendo o trabalho para os grupos do estado do Maranhão. O tema relativo à situação fundiária e dos pequenos produtores agrícolas será desenvolvido juntamente com as entidades de assessoria direta na região (CEPASP, SPDDH, CPT, CAT, etc.). Contaremos ainda com a colaboração de antropólogos que vêm desenvolvendo pesquisa e prestando assessoria aos movimentos sindicais dos trabalhadores rurais na região.

O trabalho do CTI

O CENTRO DE TRABALHO INDIGENISTA (CTI) é uma entidade sem fins lucrativos, sediada em São Paulo (SP). Fundado em 1979, o CTI é formado por antropólogos que se propõem a criar alternativas concretas que permitem às populações indígenas fazer frente à situação de dominação que caracteriza, historicamente, suas relações com a sociedade nacional. Esta proposta implica na manutenção ou recuperação de seus territórios tradicionais e na preservação de suas condições tradicionais de existência, para que possam se reproduzir enquanto sociedades distintas da sociedade nacional.

Nosso campo de atuação se concentra no apoio direto às comunidades indígenas através de auxílio às atividades econômicas, que envolvam a implementação de atividades agrícolas e implantação de cantinas, viabilizando a comercialização da produção indígena de forma autônoma; elaboração de material didático específico para as comunidades indígenas e orientação de professores que lecionam nas aldeias, para um aprimoramento na condução dos seus trabalhos; assessoria e apoio jurídico nas questões que dizem respeito à regularização de territórios indígenas e processos de indenização; registro etnográfico e iconográfico dos grupos indígenas; gravações em vídeo dos rituais e outras manifestações culturais e assessoria na implantação de sistemas de VT nas aldeias, com treinamento de índios em operação de câmera e edição.

Durante dez anos de existência, o CTI atuou e continua desenvolvendo seus principais projetos nas seguintes áreas: Terena (MS), Krahô (GO), Gavião-Parkatejê e Aikewar (PA), Apinajé (TO), Sateré-Mawé (AM), Nambiquara (RO), Guarani (SP) e Xokleng (SC).

ORÇAMENTO

I- Pré-produção

1. Equipe:

- consultoria antropológica (levantamento de dados complementares junto às comunidades, entidades da sociedade civil e órgãos governamentais)
US\$ ~~250~~ / semana X ~~12~~ sem. (duas pessoas)... 3,000
- roteirista (US\$ 250/sem. X 4 semanas).... 1,000

2. Viagens (para elaboração de roteiros)
duas pessoas (diretor + roteirista)

- passagens aéreas/terrestres.....
- despesas de alimentação e hospedagem.....
(São Paulo- São Luís - Imperatriz - Marabá- Araguaína- São Paulo/ Belo Horizonte-Itabira)

II-Produção

1. Equipe:

- diretor (US\$ ~~150~~ /dia X ~~50~~ dias)..... 4.500
- camera (US\$ ~~100~~ /dia X ~~50~~ dias)..... 4.000
- operador (US\$ ~~50~~ /dia X ~~50~~ dias)..... 2.500

2. Equipamento:

- aluguel (câmera e acessórios S-VHS)
50 dias X US\$ /dia
- microfones /luz
- aquisição material de gravação
75 fitas S-VHS.....
- 50 fitas VHS (US\$5 cada) 250

3. Viagens (registros)

- ④ pessoas - duas viagens
- passagens aéreas
- passagens terrestres.....
- alimentação e hospedagem.....

4.500
4.000
2.500

15.000

III- Pós-produção

1. Pré-edição

- decupagem
- transcrição VHS
- elaboração roteiros de edição
- elaboração textos para locução

2. Edição final

- aluguel de ilha de edição
- ilha de efeitos + operador (5 horas)
- operador ilha (60 horas)
- locutor (5 horas)
- letreiros, mapas, gráficos (3 horas)
- editor (4 a 5 semanas)

3. Telecinagem e aquisição imagens de arquivo

4. Transcodificação (50 minutos)

IV- Despesas administração (~~20%~~ ^{9%})

xerox, correio, telefone, etc.

Imprevistos (5%).....

TOTAL: US\$ 65,264.00